



## ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiá, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Municipal nº 8.129, de 26 de março de 2013, e tendo em vista deliberação qualificada do Plenário do Conselho em sua 3ª Reunião Extraordinária - Gestão 2022-2024 de 12 de dezembro de 2022, ocorrida presencialmente..

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar que as verbas deliberadas no Plano Anual de Recursos nos anos de 2021 e 2022 se encerram e os novos projetos apresentados ficam sujeitos às determinações do Plano Anual de Recursos de 2023.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data da deliberação da plenária, revogando-se as disposições em contrário.

Jundiá, 12 de dezembro de 2022.

Fé Martins Juncal

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa  
Gestão 2022-2024

### RESOLUÇÃO COMDIPI Nº 101 de 12 de dezembro de 2022

Dispõe sobre a aprovação da renovação da inscrição da Organização da Sociedade Civil CÂRITAS DIOCESANA DE JUNDIÁ

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiá, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Municipal nº 8.129, de 26 de março de 2013, e tendo em vista deliberação qualificada do Plenário do Conselho em sua 3ª Reunião Extraordinária - Gestão 2022-2024 de 12 de dezembro de 2022, ocorrida presencialmente.

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), em seu artigo 48, parágrafo único - incisos I, II, III e IV, dispõem que as entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiá, devendo especificar os regimes de atendimento e observar os requisitos ali previstos;

CONSIDERANDO que os programas, projetos e serviços prestados por entidades governamentais e não governamentais deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Lei Federal nº 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso), da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e da Lei nº 8.129/2013 (Política Municipal para Pessoa Idosa - POMPI), dentre outras, em vigor.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a renovação inscrição da Organização da Sociedade Civil

CÂRITAS DIOCESANA DE JUNDIÁ

Executa o seguinte Projeto: Projeto "Acalanto, Escutas e Vivências", e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos à partir de 60 anos:

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data da deliberação da plenária, revogando-se as disposições em contrário, em especial, a Resolução COMDIPI nº 56/2020..

Jundiá, 12 de dezembro de 2022.

Fé Martins Juncal

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa  
Gestão 2022-2024

### RESOLUÇÃO COMDIPI Nº 102 de 12 de dezembro de 2022

Dispõe sobre a aprovação da inscrição da Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO ALMATER

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiá, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Municipal nº 8.129, de 26 de março de 2013, e tendo em vista deliberação qualificada do Plenário do Conselho em sua 3ª Reunião Extraordinária - Gestão 2022-2024 de 12 de dezembro de 2022, ocorrida presencialmente.

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), em seu artigo 48, parágrafo único - incisos I, II, III e IV, dispõem que as entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiá, devendo especificar os regimes de atendimento e observar os requisitos ali previstos;

CONSIDERANDO que os programas, projetos e serviços prestados por entidades governamentais e não governamentais deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Lei Federal nº 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso), da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)

e da Lei nº 8.129/2013 (Política Municipal para Pessoa Idosa - POMPI), dentre outras, em vigor.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a inscrição da Organização da Sociedade Civil

ASSOCIAÇÃO ALMATER

Executa o seguinte: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos a partir de 60 anos:

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data da deliberação da plenária, revogando-se as disposições em contrário.

Jundiá, 12 de dezembro de 2022.

Fé Martins Juncal

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa  
Gestão 2022-2024

### RESOLUÇÃO COMDIPI Nº 103 de 12 de dezembro de 2022

Dispõe sobre aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias para o ano de 2023 e calendários das reuniões das Comissões: Registro; Políticas Públicas e Violência; FUMDIPI; ILPI; Eventos e Mobilização.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jundiá, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Municipal nº 8.129, de 26 de março de 2013, e tendo em vista deliberação qualificada do Plenário do Conselho em sua 3ª Reunião Extraordinária - Gestão 2022-2024 de 12 de dezembro de 2022, ocorrida presencialmente.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Calendário das Reuniões Ordinárias para o ano de 2023 e calendários das reuniões das Comissões: Registro; Políticas Públicas e Violência; FUMDIPI; ILPI; Eventos e Mobilização

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data da deliberação da plenária, revogando-se as disposições em contrário.

Jundiá, 12 de dezembro de 2022.

Fé Martins Juncal

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa  
Gestão 2022-2024

### Resolução CMAS nº 710 de 09 de dezembro de 2022

Dispõe sobre a aprovação das alterações da Lei nº 8.265, de 16 de julho de 2014 que regula a Política Municipal de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS – Jundiá) e o Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Jundiá, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 8.265 de 16 de julho de 2014 e com base nas deliberações tomadas na reunião extraordinária de 09 de dezembro de 2022

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar as alterações da Lei nº 8.265, de 16 de julho de 2014 que regula a Política Municipal de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS – Jundiá) e o Fundo Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data da deliberação da plenária, revogando-se as disposições em contrário.

Jundiá, 09 de dezembro de 2022.

Rodrigo Pierobon Rodrigues

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social  
Gestão 2021-2023

### RESOLUÇÃO CMAS Nº 711 de 15 de dezembro de 2022

Dispõe sobre aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias para o ano de 2023

O Conselho Municipal da Assistência Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 8.265 de 16 de julho de 2014 e com base nas deliberações tomadas na Reunião Ordinária de 15 de dezembro de 2022

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Calendário das Reuniões Ordinárias para o ano de 2023.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data da deliberação